

HABEAS CORPUS Nº 549.079 - SP (2019/0358776-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : TARCISIO FERNANDO BLUMER TEIXEIRA LEITE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FABRICIO COELHO MUNIZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de medida liminar, impetrado por FABRICIO COELHO MUNIZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do APC 0001590-32.2018.8.26.0535.

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 33, “caput”, da Lei n. 11.343/06, à pena de 05 (cinco) anos de reclusão, e pagamento de 500 dias-multa, em regime fechado.

Em sede de apelação da defesa, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado:

“Apelação. Artigo 33, “caput”, da Lei nº 11.343/06. Defesa que se conformou com a condenação e pretende a reforma da r. sentença para a aplicação do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, abrandamento do regime prisional e a substituição da pena corporal por restritivas de direitos. Impossibilidade. Vedação do redutor bem justificado. Regime inicial fechado mantido. “Quantum” de pena aplicada que inviabiliza a substituição da pena corporal por restritivas de direitos. Recurso defensivo não provido.”

Na presente impetração, sustenta que a quantidade de entorpecente apreendido não é suficiente para escorar o afastamento do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, tampouco para assegurar que o réu se dedica a atividades criminosas. Acrescenta que o regime foi fixado com base apenas na gravidade abstrata do delito. Afirma, ainda, caber a detração do tempo de prisão cautelar.

Requer, em liminar, o abrandamento do regime de cumprimento de pena. Pugna, no mérito, pela aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06 em seu

Superior Tribunal de Justiça

patamar máximo, assim como da detração.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator